

**Processo TCM nº 11961e22**  
Exercício Financeiro de **2021**  
Prefeitura Municipal de **GONGOGI**  
**Gestor: Adriano Mendonca Pinheiro**  
Relator **Cons. Fernando Vita**

### **DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO PCO11961e22APR**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e com arrimo nos artigos 71, inciso VIII, da Constituição da República, 91, inciso XIII, da Constituição Estadual, 68, 71 e 76 da Lei Complementar nº 06/91 e 206, § 3º da Resolução nº 1.392/2019;

*Considerando* a competência constitucional, no particular, dos Tribunais de Contas e, em especial, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nos termos das normas constitucionais, legais e regimentais acima mencionadas;

*Considerando* a ocorrência de irregularidades praticadas pelo Gestor, **Sr. Adriano Mendonça Pinheiro, Prefeito de Gongogi**, ao longo do exercício financeiro de 2021, devidamente constatadas e registradas no processo de Prestação de Contas nº 11961e22, apreciado pelo Plenário, nesta data, oportunidade em que foram observados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem que tivessem sido satisfatoriamente sanadas as irregularidades abaixo enumeradas:

- **não recolhimento de multa ou outro gravame imposto pelo Tribunal.**

Verifica-se ainda as seguintes ressalvas:

- atraso na publicação dos Decretos de abertura de créditos suplementares em descumprimento do art. 48, da Lei Complementar nº 101/00 – LRF;
- apresentação de Demonstrativos contábeis contendo irregularidades;
- insignificante cobrança da Dívida Ativa Tributária;
- irregularidade na elaboração da relação dos Precatórios;
- cometimento de irregularidades na elaboração da Relação dos Bens Patrimoniais do exercício;
- ausência do Parecer do Conselho do FUNDEB, em descumprimento ao que disciplina o disposto no Anexo I da Resolução TCM nº 1.378/18;
- atraso na entrega das Prestações de Contas referente aos meses de fevereiro a dezembro, em descumprimento ao disposto na Resolução TCM nº 1379/18;



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

- solicitações excessivas de reabertura do sistema SIGA para inserções ou alterações dos dados já remetidos;
- as consignadas na Cientificação Anual e dispostas neste opinativo.

*Considerando* que ao estabelecer restrições ao TCM/BA, para fins de aplicação de multas e/ou responsabilização pessoal dos gestores públicos, a Lei Estadual nº 14.460/2022 incorre em flagrante inconstitucionalidade, tanto por vício formal subjetivo, na medida em que a iniciativa para instaurar o processo legislativo sobre matérias afetas à competência e ao funcionamento desta Corte de Contas é defesa ao parlamentar, como, por violação ao princípio da separação dos poderes.

*Considerando* o entendimento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal de que são inconstitucionalmente formais, por vício de iniciativa, as disposições que, sendo oriundas de proposição parlamentar ou mesmo de emenda parlamentar, impliquem alteração na organização, na estrutura interna, nas atribuições ou no funcionamento dos Tribunais de Contas.

*Considerando* o entendimento exposto na Súmula nº 347, do STF: “O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público”, bem como, do quanto disposto no artigo 25, inciso V, da Resolução nº 1392/2019, desta Corte de Contas, o TCM/BA afasta a aplicação da Lei Estadual nº 14.460/2022, por inconstitucionalidade formal subjetiva e em razão da violação ao princípio da separação dos poderes, e, por conseguinte;

#### **DECIDE:**

**I. Aplicar a multa** no valor de **R\$ 4.000,00, (quatro mil reais)**, ao Gestor, **Sr. Adriano Mendonça Pinheiro, Prefeito de Gongogi**, exercício 2021, com lastro nos artigos 71, incisos II e 76, inciso III, alínea ‘d’, todos da Lei Complementar 006/91, como decorrência das **irregularidades constatadas** e acima mencionadas.

O recolhimento da cominação acima deve ser realizado com recursos pessoais do Gestor, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado deste processo, inclusive observando-se a necessária atualização monetária e incidência de juros de mora, na forma das Resoluções TCM nºs 1.124/2005 e 1.345/2016.

**SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA**, em 21 de março de 2023.

**Cons. Francisco Netto**  
**Presidente**



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

**Cons. Fernando Vita**  
**Relator**

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) e acesse o formato digital assinado eletronicamente.